

OBJETO-LUGAR, CORPO E MEMÓRIA: ANÁLISE CONTEXTUAL DE UM TEMBETÁ DO COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DE PALESTINA DE GOIÁS, BRASIL*

Sibeli Aparecida Viana**
Marcos Paulo de Melo Ramos
Marlene Castro Ossami de Moura
Cristiane Loriza Dantas

Resumo: Este artigo analisa um tembetá (adorno labial) recuperado no sítio arqueológico “Pedra da Pintura” (GO-CP-16), na bacia do Córrego do Ouro, Palestina de Goiás, sudoeste goiano. O exemplar foi exumado na 22ª decapagem do corte 4 e associado à datação de 970 ± 30 AP (Cal AP 905 a 735, Beta 403200). A ocorrência de tembetás no Brasil Central é atípica, conferindo singularidade ao artefato; sua raridade é frequentemente atribuída à manufatura de muitos desses adornos em materiais perecíveis, ao estatuto de objeto pessoal com baixo índice de descarte e à portabilidade que favorece reutilização ou deposição em contextos não preservados. A análise do artefato permite abordar dimensões socioculturais, tecnológicas, simbólicas e relacionais. Inserido no Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás, composto por dezenas de sítios interconectados, de tipologias e temporalidades distintas e situado em áreas que, segundo dados etno-históricos, foram habitadas por diferentes etnias indígenas, o estudo enquadra o tembetá num panorama regional marcado por recorrência ocupacional, mobilidade, intercâmbio e dinâmicas territoriais no Cerrado. Assim, a investigação transcende a descrição objetual, servindo como eixo para interpretar processos culturais dinâmicos, negociações e ressignificações de saberes que moldaram paisagens culturais ao longo do tempo, oferecendo uma janela interpretativa relevante para o estudo de objetos simbólicos.

Palavras-chave: Tembetá. Palestina de Goiás (Brasil). Arqueologia. Cerrado. Simbolismo cultural

OBJECT-PLACE, BODY AND MEMORY: CONTEXTUAL ANALYSIS OF A TEMBETÁ FROM THE PALESTINA DE GOIÁS ARCHAEOLOGICAL COMPLEX, BRAZIL

Abstract: This article analyzes a tembetá (lip ornament) recovered from the "Pedra da Pintura" archaeological site (GO-CP-16) in the Córrego do Ouro basin, Palestina de Goiás, in southwestern Goiás. The specimen was exhumed from the 22nd layer of excavation unit 4 and associated with a dating of 970 ± 30 AP (Cal AP 905 a 735, Beta 403200). The occurrence of tembetás in Central Brazil is atypical, conferring uniqueness to the artifact; its rarity is attributed to the use of perishable materials in manufacture, its status as a

* Texto recebido em 20/12/2025, aprovado em 22/04/2026.

** Sibeli Aparecida Viana é Professora da Pontifícia Universidade Federal de Goiás - PUC-Goiás. Orcid: 0000-0001-6609-8192. E-mail: sibeliaparecidaviana@gmail.com. Marcos Paulo de Melo Ramos é Professor Colaborador da Pontifícia Universidade Federal de Goiás - PUC-Goiás. Orcid: 0000-0002-3808-273X E-mail: ramos@pucgoias.edu.br Marlene Castro Ossami de Moura é Professora Titular da Pontifícia Universidade Federal de Goiás - PUC-Goiás. Orcid: 0000-0001-8329-7820. E-mail: m.ossami30@gmail.com. Cristiane Loriza Dantas é Professora da Pontifícia Universidade Federal de Goiás - PUC-Goiás. Orcid: 0009-0000-0522-6453. E-mail: crisloriza@pucgoias.edu.br

personal object with low discard rates, and its portability, which favors reuse or deposition in unpreserved contexts. The analysis of the artifact allows for the exploration of sociocultural, technological, symbolic, and relational dimensions. Situated within the Palestina de Goiás Archaeological Complex—composed of dozens of interconnected sites of different typologies and temporalities—and located in areas that, according to ethno-historical data, were inhabited by different indigenous ethnic groups, this study frames the tembetá within a regional panorama marked by occupational recurrence, mobility, exchange, and territorial dynamics in the Cerrado. Thus, the investigation transcends mere object description, serving as a lens through which to interpret dynamic cultural processes, negotiations, and the re-signification of knowledge that shaped cultural landscapes over time, offering a relevant interpretive window for the study of symbolic objects.

Keywords: Archaeology; rock art; relationality; agency of non-human; Indigenous theories.

Partimos de um tembetá específico, resgatado no sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16), às margens da bacia do Córrego do Ouro, em Palestina de Goiás, no sudoeste do estado. A ideia é percorrer a trajetória de vida dessa peça – sua biografia –, entrelaçando sistematicamente vestígios arqueológicos, informações etno-históricas e relatos etnográficos, sobretudo no que toca à produção, ao uso, à circulação e à ressignificação do objeto entre grupos indígenas, com destaque para os Apyãwa-Tapirapé. Esse exemplar, exumado durante a 22ª decapagem, realizada no interior da segunda camada estratigráfica do corte 4 e datado de 970 ± 30 AP (Cal AP 905 a 735, Beta 403200), surge num contexto do Brasil Central onde esse tipo de achado é raro – justamente por isso, ele nos convida a repensar a materialidade, o uso e os significados dos adornos labiais entre as populações nativas.

Alinhados à proposta de Berrocal (2011), recorreremos aos registros etnográficos como um recurso analógico de caráter heurístico. Eles nos ajudam a ampliar o leque interpretativo e a aventar hipóteses sobre os usos e sentidos dos tembetás, sem que pretendam, contudo, explicar diretamente o contexto arqueológico em si. A leitura que construímos, portanto, emerge do diálogo complementar entre diferentes frentes de evidência – as arqueológicas, as etno-históricas, as tecnológicas e as etnográficas.

Mais do que um simples vestígio isolado, buscamos enxergar esse tembetá como parte de uma trama regional mais vasta, tecida por ocupações recorrentes, fluxos de mobilidade, trocas e dinâmicas territoriais próprias do Cerrado. A noção de biografia dos objetos (KOPYTOFF, 1986) nos auxilia justamente a conectar a materialidade da peça às práticas sociais que a forjaram, a empregaram, a transformaram em outras coisas e, por fim, a reintroduziram em novos circuitos de sentido. Nessa chave, o artefato abre uma porta para

questões mais abrangentes – as ocupações no sudoeste goiano, os contatos entre povos Tupi e Macro-Jê –, oferecendo uma perspectiva instigante para a arqueologia dos objetos simbólicos, além de provocar reflexões sobre memória, materialidade e os ecos que artefatos tão antigos ainda fazem soar no presente.

1. A Ocupação Indígena no Sudoeste de Goiás: Contexto para a Análise do Tembetá

Para contextualizar a análise do tembetá encontrado no sítio GO-CP-16, é importante compreender a dinâmica de longa duração da ocupação indígena no sudoeste de Goiás. A alta densidade de sítios arqueológicos na região aponta para uma continuidade ocupacional, cujos desdobramentos durante o período colonial são evidenciados pela etno-história. Os registros coloniais, como cartografias do século XVIII e documentos de aldeamentos oficiais da então Província de Goiás (1749-1811), atestam a presença de povos como os Kayapó e Xavante, marcada por complexas dinâmicas de resistência, deslocamentos forçados e transformações culturais, frequentemente mediadas por políticas de concentração em aldeamentos como o de Maria I (OLIVEIRA, 2008; CHAIM, 1983; MORI, 2015).

Osvaldo Ravagnani (1987), ao registrar dezoito aldeamentos oficiais implantados em Goiás entre 1741 e 1851, menciona o aldeamento Santana dos Rios das Velhas, fundado em 1750 no Triângulo Mineiro, ao longo da estrada Goiás–São Paulo (região de Araguari). Esse aldeamento foi edificado durante a gestão de D. Marcos de Noronha, e entregue ao comando do bandeirante Antônio Pires do Campo, responsável pelo apresador de indígenas, com a finalidade de concentrar os Araxá, objetivo que, segundo o autor, não chegou a se concretizar. Posteriormente, o local foi habitado por diversos grupos, entre os quais Bororo, Gurumarê, Tapirapé, Karajá, Javaé, Akroá, Xacriabá, Kayapó e Pareci. No que se refere aos Tapirapé, coloca-se a hipótese de que esse itinerário, um entre muitos, tenha participado das rotas que favoreceram o deslocamento de grupos de matriz Tupi do litoral para o interior do país, tradicionalmente habitado por populações de filiação Macro-jê; tal hipótese, no entanto, exige comparação com evidências históricas e arqueológicas detalhadas.

Paulo Bertran (1994, p. 18 *apud* OSSAMI DE MOURA, 2008, p. 24-25), ao analisar o Cerrado da região Centro-Oeste do Brasil, afirma que essa área, até o século XVIII, constituiu um “domínio incontestável dos Jê, os Tapuia, de língua própria e especializados na ocupação e no modo de vida em ambientes de cerrado”. Segundo o autor, os grupos Tupi oriundos do litoral teriam alcançado essa região principalmente na condição de refugiados

das guerras de colonização.

Wagley (1988) sustenta que os grupos falantes de Tupi identificados no Brasil Central seriam, provavelmente, populações refugiadas oriundas do litoral, que migraram pouco depois de 1500. O autor documenta, ainda, a presença na região Centro-Oeste de etnias vinculadas ao Tronco Tupi, em particular os Kamayurá e os Aweti e, mais ao norte, os Asurini e os Parakanã (Fig. 1).

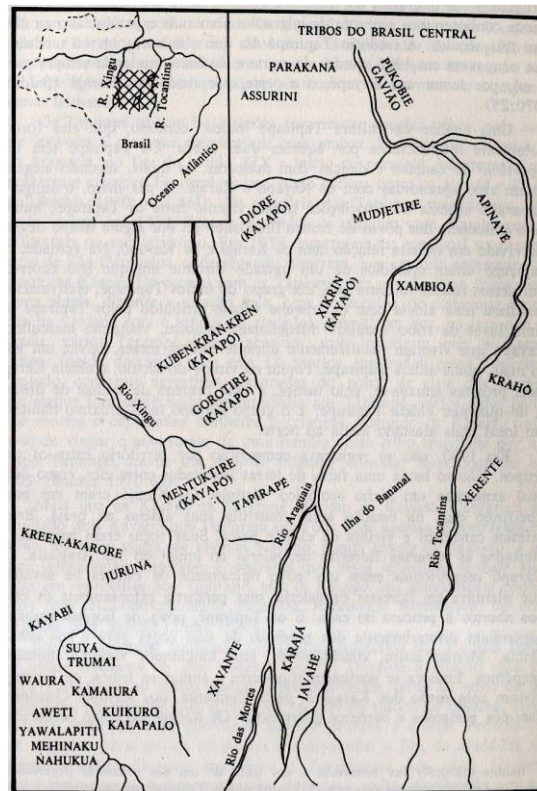


Figura 1 - Etnias do Brasil Central. Fonte: Charles Wagley, 1988.

Com base na tradição Apyãwa-Tapirapé, Baldus (1970) sustenta que esse grupo teria ingressado no território que passou a ocupar por volta de 1900, procedente do norte e do leste, deslocando-se subsequentemente para o sul, em virtude da pressão exercida pelos Kayapó, e para o oeste, devido ao receio dos Karajá. Com relação à cultura Apyãwa-Tapirapé, Wagley (1988) reitera que eles foram fortemente influenciados pelos Karajá e Kayapó:

Os Tapirapé têm um repertório de cantos e danças com máscaras, as quais, segundo alegam, teriam sido aprendidas com os Kayapó e Karajá. A par disso, o antigo e elaborado sistema de associações tribais vigente entre os Tapirapé, indica forte influência dos povos

do tronco lingüístico Je. Por algum tempo devem ter vivido em estreita relação com os Karajá e os Kayapó (WAGLEY, 1988, p. 50-52).

O panorama etnolinguístico do Brasil Central era majoritariamente composto por grupos do tronco Macro-Jê, com significativa presença de povos do tronco Tupi. Essa coexistência sugere cenários de interação envolvendo trocas culturais, alianças e disputas, evidenciados em registros históricos e arqueológicos (BARBOSA, 1981; NIKULIN, 2023; PEREIRA; GUAPINDAIA, 2010).

A articulação entre dados arqueológicos e etno-históricos permite conceber a região como zona de contato e trânsito, marcada por estratégias de ocupação, mobilidade sazonal e uso de recursos (ROCHA, 2001). Neste quadro, algumas etnias Macro-Jê, como os Kayapó do Sul, bem como elementos atribuíveis aos Goyá e aos Tapirapé, encontram-se relacionados à área de estudo.

Os Kayapó meridionais historicamente manejaram o Cerrado por meio de um conjunto integrado de práticas de uso do ambiente que articulavam reprodução material e alimentar, manutenção de relações sociais e cosmologias, além de estratégias políticas de ocupação e defesa. Sua organização social complexa e a elevada capacidade de mobilização explicam a resistência diante das incursões coloniais e das pressões contemporâneas.

A presença Kayapó no sul de Goiás esteve associada ao controle de rotas estratégicas e pontos de confluência documentados em fontes etno-históricas (NIMUENDAJÚ, 1946; DIAS, 2017). A experiência de confinamento no Aldeamento Maria I em 1781, situado cerca de 13 léguas de Vila Boa (RAVAGNANI, 1987), e as sucessivas fugas e resistências são fundamentais para pensarmos, dentre outros, nas dinâmicas de abandono e deposição de artefatos pessoais. Estudos etno-históricos vinculam parte dessa tradição aos Panará, frequentemente descritos como herdeiros dos Kayapó do Sul (SCHWARTZMAN, 1988; GIRALDIN, 1997 *apud* VASCONCELOS, 2013).

O povo Goyá, estabelecido na região da antiga Vila Boa, foi um dos primeiros a entrar em contato com bandeirantes e sofreu marcada redução demográfica — para alguns autores, extinção — no início da colonização de Goiás (século XVIII) (BERTRAN, 1994). Relatos alternativos apontam refúgios ao longo dos rios Vermelho e Bugres (POHL, 1976), migrações para o oeste com eventual encontro com Kayapó ou captura e assimilação por colonos (SILVA; SOUZA, *apud* PEDROSO, 1994). Dulce Pedroso (1994) conclui pela

rápida invisibilização do grupo na documentação etnográfica; entretanto, registros sobre práticas agrícolas adaptadas ao Cerrado (PALACIN, 1991; CHAIM, 1974) fornecem pistas parcimoniosas sobre seu quadro econômico e modos de ocupação.

Complementam o panorama outros grupos, como os Karajá, especialistas em pesca e com destacada produção cerâmica, e os Apyãwa-Tapirapé, habitantes de zonas de transição Cerrado–Amazônia (BALDUS, 1970; GALVÃO, 1979; TORAL, 1992). A classificação de Galvão (1979) da “Área Cultural Tocantins–Xingu”, que situa os Apyãwa-Tapirapé como enclave tupi em contexto majoritariamente Jê, esclarece processos de integração e trocas culturais entre populações contíguas.

Em síntese, esse contexto etno-histórico denso e multifacetado não funciona como analogia direta, mas como quadro de referência imprescindível para a interpretação do tembetá do sítio Pedra da Pintura. Permite formular hipóteses contextualizadas sobre redes de intercâmbio, significados culturais de adornos corporais e os complexos processos de mobilidade, contato e resistência potencialmente materializados neste artefato singular.

2. Os Sítios Arqueológicos de Palestina de Goiás como “Objetos-Lugares”

O complexo arqueológico de Palestina de Goiás reúne mais de 50 sítios interconectados de diversas tipologias e temporalidades, constitui um espaço de convergência de histórias e práticas culturais milenares (Fig. 2). A densidade e interconectividade dos sítios evidenciam uma longa ocupação e dinâmicas de uso do território que expressam redes de mobilidade, intercâmbio e interação às condições do Cerrado.

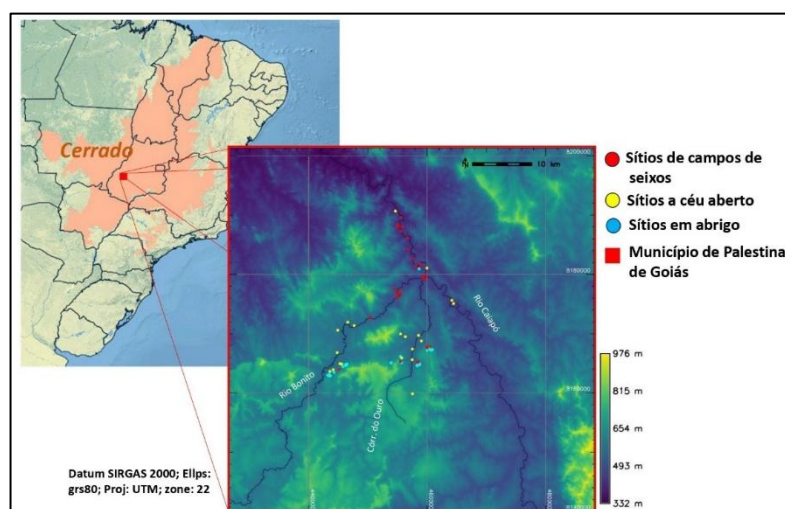


Figura 2 - Distribuição e tipologia dos sítios arqueológicos de Palestina de Goiás. Crédito: Ramos, 2025.

As escarpas rochosas das formações Ponta Grossa e Furnas delineiam o relevo ruiforme de Palestina de Goiás e favoreceram a formação de abrigos sistematicamente selecionados por populações originárias, com uso recorrente das paredes rochosas para inscrição de figuras rupestres. A geologia local não apenas configurou o cenário, mas integrou-se aos modos de habitar a região (VIANA *et al.*, 2025). Na base dessas serras, a Formação Iapó aflora com os “campos de seixos” (SCHMITZ *et al.*, 1986), providenciando matéria-prima lítica abundante, sobretudo quartzito, para a produção de ferramentas lascadas.

A paisagem é dinamizada por uma rede de drenagem ligada à bacia do rio Caiapó, onde se inserem o rio Bonito e o Córrego do Ouro, cuja dinâmica hídrica, em interação com a geologia e a sazonalidade do Cerrado, vem condicionando fatores climáticos e hidrológicos desde o Holoceno Médio (ESCOBAR-TORREZ *et al.*, 2024). Essa interação foi importante para as condições de vida dos grupos humanos e para as cosmologias que enquadraram suas relações com o ambiente.

Assim, podemos caracterizar o cenário que se descortina, as cavidades e abrigos rochosos – em geral pequenos e com pouca sedimentação – concentram-se nas bacias do Córrego do Ouro e do rio Bonito. Mais do que vazios geológicos, integravam o “espaço humano” como pontos de observação, refúgios temporários, marcos territoriais, locais para práticas específicas e espaços recorrentemente habitados por diferentes grupos ao longo dos tempos. Funcionavam como nós em redes relacionais que conectavam pessoas, artefatos e seres não humanos, mediando memórias e identidades. Os sítios da região, classificados em categorias como ‘líticos’, ‘líticos com cerâmica’, ‘com figuras rupestres’ e ‘aldeias ceramistas’, são “lugares” carregados de experiência humana e ressonâncias históricas – em sintonia com Tilley (1994), que define o sítio arqueológico como espaço onde as relações entre pessoas, objetos e paisagens se entrelaçam numa dinâmica contínua de coabitação e interação sensorial.

Inspirados por Ingold (2000), percebemos que as interações humanas com o ambiente não se limitaram a modelar esses “lugares”, mas lhes atribuíram significados vivos e mutáveis, enraizados nas práticas cotidianas de habitação. As escolhas por determinados abrigos refletiam decisões que iam além de meras respostas a condicionantes ambientais ou socioeconômicas: projetavam o futuro, ao garantir as condições materiais para a continuidade das vidas coletivas, e reforçavam vínculos sociais e históricos. Nessa chave, os sítios emergem como “artefatos topológicos”, cápsulas que preservam modos de vida e

estratégias culturais do passado. Dialogando com Walton (2021) e com a noção de *token indexical* de Gell (1985), propomos ler esses espaços como “objetos-lugares” – sua materialidade condensou e reativou práticas culturais no decorrer do tempo. A geologia preserva vestígios que não apenas registram, mas participam ativamente da evocação e reprodução de saberes e rituais.

É curioso notar a persistência de toponímias locais como “Pedra de Índio”, “Caminhos das Pedras” e “Cemitérios de Índios”, atestadas em relatos de moradores da bacia do Córrego do Ouro (CARNEIRO, 2022; OLIVEIRA, 2016). Tais denominações evidenciam continuidade na valoração sensorial e simbólica dessas feições, realçando atributos como imponência, potencial de abrigo e acessibilidade. Por outro lado, refletem processos históricos que, não raro, reduzem a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas à categoria genérica de “índio” – simplificação herdada de contextos coloniais. Com prudência interpretativa, entendemos que esses usos toponímicos apontam tanto para vestígios de memórias locais sobre a presença indígena quanto para as formas pelas quais essa presença foi representada e ressignificada pelas populações regionais. Nesse sentido, sugerem localidades associadas à ancestralidade e à sacralização da paisagem, sem implicar identificação direta de grupos específicos ou reprodução acrítica das categorias consagradas pela tradição local.

Assim, os sítios arqueológicos de Palestina de Goiás transcendem a mera condição de pontos na paisagem. Vistos como agentes ativos no fluxo do tempo, condensam múltiplas camadas de significado e participam das dinâmicas que entrelaçam passado, presente e futuro – revelando interações culturais, ecológicas e sensoriais que rompem com a linearidade histórica e compõem, incessantemente, a teia cultural em permanente construção.

3. Trajetórias de Vida dos Artefatos

Começamos pelo próprio cenário, no Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás, os artefatos – sejam eles adornos, ferramentas líticas, vasilhas cerâmicas ou figurações rupestres – não são meros resíduos inertes do passado; atuam como elementos vivos em processos históricos que ainda se desdobram, funcionando como extensões das capacidades humanas, capazes de influenciar decisões, despertar emoções e lançar significados adiante no tempo, estabelecendo pontes entre tempos distintos e modos de

existência.

Dentre esse conjunto variado, o tembetá – esse adorno labial específico – chama a atenção por sua longevidade incomum. Etnografias como a de Baldus (1970) mostram que tais peças podem circular em redes de parentesco por gerações, ou terem seu uso alterado em contextos rituais, como nos funerários, acumulando camadas de sentido com o passar dos anos. É exatamente essa característica que nos remete ao conceito de “futuridade” (DRAZIN, 2021), quando certos objetos são concebidos não apenas para o presente imediato, mas para uma existência que se projeta deliberadamente no futuro, trazendo consigo a promessa de continuidade cultural e a manutenção de laços que se estendem muito além do momento de sua criação e primeiro uso.

Essa longevidade, que frequentemente vem acompanhada de ressignificações – percebemos o mesmo fenômeno no reavivamento de pinturas rupestres ou no reafinamento de gumes de ferramentas líticas – revela como as pessoas, tanto no passado quanto no presente, projetam expectativas sobre os artefatos, orientando suas trajetórias de maneiras sutis e profundas. Para dar conta dessa temporalidade estendida, a abordagem biográfica de Kopytoff (1986) se mostra essencial. Ela nos convida a ver os artefatos não como entidades congeladas no tempo, mas como participantes ativos e dinâmicos nos processos culturais, sociais e cosmológicos, que se transformam junto com as sociedades que os manipulam. Suas biografias – marcadas por criação, circulação, manutenção, transformação, descarte, reuso, recuperação e reinserção em novos ambientes – contam histórias que se enlaçam profundamente com as vidas humanas, num emaranhado de afetos, intencionalidades e usos práticos. É importante notar que esses percursos são frequentemente cortados por descontinuidades, reclassificações e variações de valor, de sorte que uma mesma peça pode circular por diferentes regimes de significado, alternando fases de uso intenso, armazenamento, troca, abandono, reencontro e reinvenção. Nesse ponto, a biografia de um objeto não segue uma sucessão linear e previsível, mas sim um trajeto cheio de contingências, aberto e permanentemente remodelado pelas relações sociais que o envolvem, o que torna cada história particularmente fascinante e cheia de reviravoltas inesperadas.

Ao propor uma “biografia” para o tembetá do sítio GO-CP-16, podemos ir além dos procedimentos técnicos de sua manufatura e de sua função originária, alcançando vislumbres da cadeia de eventos que o conduziu à deposição no registro arqueológico. Essa perspectiva nos ajuda a perceber como um objeto tão íntimo quanto um adorno labial

condensa histórias de transmissão técnica, trocas simbólicas e práticas rituais, integrando-se a uma narrativa cultural em permanente mutação no sudoeste goiano, sempre aberta a novas interpretações e revisitações, o que amplia nosso olhar sobre a agência desses artefatos.

Os registros etnográficos relacionados a tembetás indicam que sua vida social, com frequência, ultrapassa a barreira de uma única geração. A transmissão entre pessoas, a reiteração em usos rituais, a guarda cuidadosa de peças fragmentadas e a eventual circulação entre distintos grupos mostram que esses artefatos estão sujeitos a inúmeras recontextualizações ao longo do tempo, assumindo funções e sentidos bastante diversos, revelando-se verdadeiros protagonistas nas dinâmicas culturais dessas populações e nos processos de transmissão de saberes.

Tembetás em Contexto Arqueológicos e Etnográficos

No coração do Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás, mais precisamente no sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16), um artefato singular emergiu das camadas do tempo: um tembetá, ou adorno labial, encontrado na 22ª decapagem, camada 2, do corte 4, em um contexto datado de aproximadamente 970 ± 30 AP (Cal AP 905 a 735, Beta 403200) (VIANA *et al.*, 2025) (Fig. 3). Este pequeno objeto, que no passado brilhou no rosto de indivíduo(s), serve-nos hoje como ponto de partida para uma jornada ampla que atravessa fronteiras, culturas e milênios.



Figura 3: Tembetá do sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16), no contexto arqueológico e em laboratório. Fonte: Acervo Fotográfico do Laboratório de Arqueologia do Cerrado (LARC).

A presença de produção e uso de tembetá, como categoria artefactual, é também atestada em diversos países da América do Sul, como Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Chile (KEDDIE, 1989). Enciso e Arana (2023), sob uma perspectiva difusionista, sugerem

que a porção central da região amazônica possa ter sido um centro de dispersão desse artefato para áreas do território andino entre 1000 a.C. e 350 AP. No norte semiárido do Chile, por exemplo, a descoberta de nada menos que 374 unidades fundamentou discussões profundas sobre interação e diferenciação cultural no complexo Cultural El Molle (GONZÁLES, 2018). No Brasil, embora sua maior concentração se dê na região amazônica e no litoral, sua ocorrência no interior – incluindo o Centro-Oeste, Sudeste e o Pantanal – demonstra que ele foi parte de um fenômeno cultural amplo e complexo (MEDEIROS, 2007; PROUS, 2019; VELLOSO, 2022; MACHADO, 2022).

Mas o que exatamente define um tembetá? A literatura antropológica tradicionalmente o distingue do “botoque”. Enquanto este último é um disco labial, frequentemente feito de madeira de “barriguda” ou concha, o tembetá se caracteriza por seu formato em “T”, esculpido predominantemente em matérias-primas duras, como rocha. A pesquisa de Corrêa (2011) no sítio arqueológico Baixio dos Lopes (CE) iluminou muito bem este processo, ao identificar 13 fragmentos de tembetás em amazonita em diferentes estágios de produção, sugerindo uma oficina especializada e a possível existência de excedentes para trocas.

A relação desse adorno com o corpo humano era profunda e íntima. Sob a perspectiva da corporeidade (WARNIER, 1999), o tembetá não era um mero acessório; integrava-se organicamente ao corpo, modificando a propriocepção e a expressão facial de seu portador. Essa relação tão visceral deixa marcas indeléveis, que a arqueologia é capaz de rastrear mesmo na ausência do objeto físico. Evidências indiretas, como desgastes dentários específicos ou mesmo a perda intencional dos incisivos inferiores para sua acomodação, foram identificadas em esqueletos no Sambaqui de Cabeçuda (SC) e no sítio Gentio (MG) (RODRIGUES-CARVALHO; SOUZA, 1998; COOK; SOUZA, 2012; SENE, 2007).

Talvez um dos aspectos mais fascinantes no estudo dos tembetás seja a forma como eles desafiam categorizações simplistas. A associação clássica que vincula esses adornos a povos de língua Tupi e os botoques a grupos Jê tem se mostrado insuficiente diante das evidências. Em Goiás, a arqueóloga *Irmhild* Wüst registrou estes artefatos como acompanhamento funerário no sítio Benedito Arruda (GO-JU-05), um sítio da tradição Aratu, vinculada justamente ao tronco linguístico Macro-Jê. Contexto semelhante foi observado no sítio Justino, em Sergipe, onde 16 artefatos foram associados a enterramentos humanos não vinculados a povos Tupi (VELLOSO, 2022). Em Minas Gerais, no município

de Perdizes, pesquisa de Marcia Angelina registrou artefatos desta natureza nos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado (Medeiros, 2007). No sudeste do Mato Grosso, inserido o complexo arqueológico da Cidade de Pedra, um fragmento de adorno labial em quartzo foi recuperado em urna funerária no sítio (WESOLOWSKI, 2006).

A etnografia, por sua vez, nos ajuda a compreender essa complexidade, revelando redes de interação surpreendentes. Lima Filho e Pereira (2021) analisaram a coleção de tembetás dos Iny-Karajá, um povo Macro-Jê. Com base em relatos históricos, os autores demonstram que esses artefatos não eram manufaturados por eles, mas sim comercializados pelos Apyãwa-Tapirapé, um povo Tupi. Já Sinvaldo Wahuká Iny/Karajá, em comunicação pessoal¹ com alguns dos presentes autores (2025), afirmava que os Iny/karajá produziam tembetás, incluindo a manufatura em rocha. Este dado revela uma dinâmica cultural complexa, na qual objetos e significados circulavam entre grupos de troncos linguísticos distintos.

Os significados sociais desses adornos são igualmente diversos e fluidos. Embora frequentemente associados à masculinidade e a ritos de passagem – como entre os Iny/Karajá, para os quais integravam a construção social da pessoa masculina (LIMA FILHO, 1999) –, seus usos e significados podiam variar significativamente entre diferentes grupos e contextos socioculturais. Entre os Kayapó, por exemplo, os homens mais velhos, ao se afastarem da vida política ativa, trocavam o grande botoque de madeira por um pequeno adorno de cristal polido, o *kruturam*, transmitido como herança familiar (TURNER, 2012 *apud* VELLOSO, 2022). Portanto, o tembetá recuperado no sítio GO-CP-16 chega até nós carregado não apenas do peso do tempo, mas de uma densa teia de histórias possíveis. Sua análise nos instiga a ir além das classificações rígidas, considerando-o como um objeto de “futuridade” (DRAZIN, 2021), projetado para uma longa trajetória de vida. Ao articular os dados arqueológicos locais com este amplo panorama etnográfico e comparativo, não buscamos uma analogia direta, mas sim abrir um leque de possibilidades interpretativas. Com isso, podemos vislumbrar as complexas redes de interação, os rituais de corporeidade e as dinâmicas sociais que marcaram a ocupação humana no sudoeste goiano, tendo um pequeno, mas significativo, adorno labial como nosso guia.

É importante, contudo, mantermos em mente que as semelhanças observadas a partir

¹ As informações sobre Sinvaldo Karajá foram obtidas em aula aberta ministrada aos alunos do curso de Arqueologia da PUC Goiás, em junho de 2025, ocasião em que foram debatidos alguns dos aspectos relacionados à temática abordada neste artigo.

do panorama etnográfico funcionam como ferramentas heurísticas valiosas – elas ampliam nossa capacidade de formular perguntas, de vislumbrar caminhos interpretativos que, de outra forma, permaneceriam ocultos sob a poeira do tempo. Mas tais analogias não apagam as diferenças históricas, sociais e temporais que separam os contextos comparados. Cada sítio, cada depósito, cada objeto tem sua própria historicidade, sua trama singular de eventos e relações, que não pode ser reduzida a modelos universais ou a espelhos etnográficos. No caso do tembetá do GO-CP-16, sua biografia se desenrolou em condições particulares – uma ocupação no Cerrado, com suas dinâmicas de mobilidade, intercâmbio e territorialidade – que lhe conferem características únicas. O diálogo com a etnografia não visa, portanto, preencher lacunas com respostas prontas, mas sim suscitar novas questões, tensionar o que julgamos saber e nos lembrar de que cada achado é, antes de tudo, um convite à dúvida e à investigação cuidadosa. Ao reconhecermos os limites das comparações, justamente aí reside a potência da arqueologia: na capacidade de transitar entre o geral e o particular, entre o que se repete e o que é irrepetível, sem nunca perder de vista a distância que nos separa daqueles que, em algum momento, produziram, usaram e depositaram esse pequeno adorno na terra, deixando-nos como herança não respostas, mas perguntas que continuam a nos mover.

A Vida Social dos Tembetás: uso, produção e circulação entre os Apyãwa-Tapirapé

Embora o termo “tembetá” seja amplamente empregado na literatura arqueológica e etnográfica para designar adornos labiais inseridos no lábio inferior, os Apyãwa-Tapirapé utilizam denominação própria para esse artefato (*temekwãra*). A referência à terminologia nativa é importante porque evidencia que esses objetos se inserem em sistemas culturais específicos, cujos significados não podem ser plenamente reduzidos às categorias analíticas empregadas pela arqueologia.

Para os Apyãwa-Tapirapé, povo de língua Tupi-Guarani, o tembetá era muito mais que um ornamento, era um objeto profundamente inscrito no ciclo da vida, marcando corporal e simbolicamente a trajetória individual e coletiva. De acordo com o relato etnográfico de Baldus (1970, p. 126), sua inserção na trama social começava de forma precoce e ritualizada: “o adorno labial é introduzido em orifício artificial do lábio logo após o nascimento”, em um ato realizado pela mãe na madrugada seguinte ao parto, utilizando uma agulha óssea.

Para Baldus, esta não era uma prática única, mas um processo contínuo que

espelhava a progressão social do indivíduo. Na infância, usava-se um simples fragmento de osso, substituído depois por um botão de madeira. O ápice ritual, porém, ocorria durante a iniciação masculina, quando o jovem recebia um tembetá de pedra, utilizado exclusivamente naquela ocasião. Essa sucessão de adornos materializava visualmente a transição de status e a construção da identidade masculina ao longo da vida.

O relato de Xari’o Domingos (Apyãwa-Tapirapé), concedido aos autores deste artigo², confirma a continuidade de práticas já descritas por Baldus na década de 1970. Segundo ele, o uso de tembetás deixou de ser observado entre eles, contudo, muitas mães ainda perfuram os lábios dos recém-nascidos e introduzem inicialmente um fio para impedir o fechamento do orifício. Em momento posterior, insere-se uma pequena ponta de madeira para alargar gradualmente o furo, que pode ser substituída por peça óssea. O tembetá de pedra mantém-se reservado ao contexto cerimonial de passagem à vida adulta, exclusivamente masculina.

O ritual de passagem à vida adulta é celebrado em contextos coletivos de forte carga simbólica e social. Xari’o relatou que o instrumento cerimonial foi encontrado há muito tempo por um ancestral do grupo e, apesar de fragmentado, continua em uso durante a cerimônia, cada jovem utiliza o mesmo exemplar, repassado sucessivamente entre iniciados. Não se observam, atualmente, novos fabricantes de tembetás. Segundo o entrevistado, desapareceram os especialistas detentores do saber técnico ancestral, e os jovens também não manifestam interesse em produzi-los ou empregá-los rotineiramente.

“Entrevistadora (Sibeli Viana): Na sua aldeia ainda existe tembetá?

Xari’o Tapirapé: tem só um que a gente tá usando. Que nós encontramos.

Entrevistadora (Marlene Ossami): Todo mundo usa o mesmo tembetá?

Xari’o Tapirapé: só o rapaz que usa, né? O mesmo [tembetá].

Nessa festa aqui (...) umas cinco pessoas usaram (...) um usa e fica uns três dias depois outro usa.

Entrevistadora (Marlene Ossami): Por que não se confecciona um tembetá para cada indivíduo?

Xari’o Tapirapé: Não sabe (...) ninguém faz, ninguém faz.

² A entrevista com Xari’o Domingos (Apyãwa-Tapirapé), realizada em 20 de agosto de 2025, em Goiânia, ocorreu mediante consentimento do interlocutor, com autorização para registro em áudio, anotações e utilização das informações para fins acadêmicos neste artigo.

Essa pedra é para usar na festa do rapaz (...) Só rapaz que usa. quando quer ser homem, (...) então usa isso [tembetá] (...). Então, por isso que fica guardado.

Entrevistadora (Sibeli Viana): quem guarda o tembetá?

Xari'o Tapirapé: é o cacique. O cacique (...) sempre é o cacique. (...)

O [tembetá] está quebrado, mas usa do mesmo jeito”

A própria confecção do objeto era cercada de significado e esforço. A matéria-prima preferencial, o quartzo, era coletada em locais específicos e distantes. O valor simbólico e a longevidade do objeto são dramaticamente ilustrados por um relato de Baldus (1970), que encontrou um exemplar fragmentado na aldeia Tampitaua em 1935, sob a posse de Kamairahó. A passagem, citada integralmente a seguir, captura a essência da relação entre o objeto e seu detentor:

“Fui informado por eles [Tapirapé] que a matéria-prima [o quartzo] é encontrada, ‘em grande número’, num regato que chamam Tochypiá e que dista muitas jornadas para o noroeste de Tampitaua, estando perto de Moytana, aldeia Tapirapé abandonada em 1932. O exemplar visto por mim em 1935 era o único existente em Tampitaua, e Kamairahó em cujo poder ele se achava, não o queria dar-me por preço algum, fato que bem revela a importância deste adorno na vida da tribo. Estava fragmentado numa das extremidades (...) Evidenciou-se ser a extremidade faltante superior, pois ao pedir ao índio Kanió que me demonstrasse a maneira de usá-lo, supriu ele essa parte com cera, introduzindo este anexo mole no orifício do beijo” (BALDUS, 1970, p. 127).

Este trecho revelador não apenas atesta o valor atribuído do objeto – “não o queria dar-me por preço algum” –, como também sua incrível resiliência cultural. Mesmo fragmentado, o tembetá preservava sua função e seu significado. A solução improvisada com cera, empregada para demonstrar seu uso, evidencia que a vida social do adorno se sobrepunha à sua integridade material. Baldus (1970, p. 127-128) acrescenta que estes adornos, uma vez produzidos, eram altamente valorizados e guardados com extremo cuidado, envoltos em algodão, reservados para ocasiões festivas, o que reforça sua condição de bem socialmente valorizado.

Nessa perspectiva, o tembetá de pedra, embora fragmentado e utilizado no ritual de iniciação dos jovens Apyãwa-Tapirapé, transcende a perda de sua forma original ao ver

reativado e potencializado o seu sentido simbólico no contexto das práticas tradicionais comunitárias.

Esses objetos também circulavam, tornando-se moeda de troca e símbolo de alianças em redes de interação que transcendiam fronteiras étnicas e linguísticas. Entre os Kayapó, o uso do tembetá de cristal de rocha (*kluduló*) era restrito a ocasiões especiais. O processo de produção, descrito por Krause (*apud* BALDUS, 1970, p. 128), era complexo e envolvia a fricção do cristal sobre granito na água, uma técnica dominada por poucos indivíduos. O peso e o tamanho do adorno tornavam seu uso cansativo, levando os usuários a segurarem-no com os dentes após longos períodos, evidenciando uma íntima e, por vezes, custosa relação entre o corpo e o objeto.

A circulação também é atestada entre os Karajá, que obtinham esses adornos dos Apyãwa-Tapirapé por meio de trocas (BALDUS, 1970, p. 129; LIMA FILHO; PEREIRA, 2021; MACHADO, 2022). Essa dinâmica, atestada pela etnografia, é um forte indício de que a posse do tembetá nem sempre estava vinculada à sua manufatura local, mas podia ser mediada por extensas redes de intercâmbio cultural. No entanto, essa distribuição era desigual. Entre os Javaé, não há registros do uso deste adorno, sugerindo uma adoção cultural seletiva. Já entre os Apinayé, um povo Jê do norte do estado do Tocantins, Baldus (1970, p. 129) registra que tembetás de alabastro eram usados antigamente, indicando influências ou empréstimos culturais dos Apyãwa-Tapirapé na difusão dessa prática para grupos de tronco linguístico distinto. A história desses pequenos objetos de pedra entre os Apyãwa-Tapirapé e seus vizinhos nos informa, portanto, uma narrativa densa.

4. A Trajetória de Vida do Tembetá sob o Olhar da Arqueologia

O que nos conta um pequeno adorno labial quando emerge das camadas de uma escavação? Muito mais do que sua forma ou matéria-prima, ele se revela como um testemunho material de uma biografia complexa, um verdadeiro “objeto-vida” cuja existência se desdobra em múltiplas temporalidades, atravessando gestos, corpos e significados. Esta seção se propõe a percorrer essa trajetória polifônica – desde sua concepção técnica, passando pela inserção em corpos e sociedades, até sua redescoberta e reinterpretação no presente, quando volta à luz e a novas perguntas. Para tanto, lançamos mão de um olhar que integra a tecnografia dos processos de manufatura, as múltiplas camadas do tempo depositadas em sua estrutura e a agência contínua que ele exerce sobre

aqueles que com ele interagem. Nossa aposta é acompanhar a vida social deste adorno não como um mero reflexo de culturas passadas, mas como um participante ativo em redes de significado que, de forma dinâmica e diversa, tecem conexões entre o passado e o presente – um fio condutor que nos convida a repensar o que entendemos por memória, materialidade e presença.

Tecnografia e Materialidade: a Concepção de um Objeto-Vida

Ao tomar como ponto de partida a concepção e a produção do artefato tembetá, recorreremos ao conceito de tecnografia (VIANA *et al.*, 2023; RAMOS *et al.*, 2023), que nos leva a uma compreensão densa e processual das operações técnicas envolvidas em sua produção e relacionadas às transformações físicas do objeto. Esta abordagem nos permite mapear não apenas os gestos e ferramentas empregadas, mas também os critérios de seleção da matéria-prima e as complexas redes de transmissão intergeracional dos saberes associados à sua confecção e uso.

Ancorada numa perspectiva fenomenológica da materialidade, esta abordagem concebe o tembetá como um agente relacional que participa ativamente da constituição da experiência humana e das formas sociais. À semelhança do que propõe Merleau-Ponty sobre o corpo-perceptor e do conceito heideggeriano da “coisa à mão” (*zuhanden*) (HEIDEGGER 2008), o artefato insere-se nos modos habituais de presença e ação. Ele molda gestos, orienta percepções e encapsula esquemas corporais de saber-fazer. Nesse enquadre teórico, o tembetá intermedia práticas e afeta disposições subjetivas - tornando-se uma interface vital entre o indivíduo e o mundo - e, simultaneamente, inscreve-se em redes de significação que instituem hierarquias, marcadores de pertencimento e regimes identitários. A materialidade, por conseguinte, não é secundária à agência humana, antes, co-constitui a agência em processos distribuídos entre corpos, objetos e ambientes, atravessando temporalidades e capacitando tanto continuidades quanto inovações culturais. Assim entendida, a análise do tembetá exige uma atenção cuidadosa às formas pelas quais sua presença contribui para a configuração de práticas corporais, modos de relação social e as narrativas de memória coletiva, tanto no passado arqueológico quanto nas suas repercussões contemporâneas.

Temporalidades Arqueológicas: entre Memória Viva e Memória Esquecida

A experiência humana do tempo não é homogênea, mas atravessada por diferentes dimensões de temporalidade, onde passado e presente se interpenetram de maneira complexa e não linear. Inspirando-nos no cone de memória de Bergson (1999) e nas reflexões de Boëda (2013), podemos compreender os objetos arqueológicos dentro dessa dinâmica temporal fluidificada. Enquanto alguns registros pertencem a um passado remoto, quase inacessível aos fluxos de memória viva, outros, como o tembetá encontrado no sítio Pedra da Pintura, mantêm conexões palpáveis com grupos sociais contemporâneos. É importante sublinhar, contudo, que essa proximidade aparente não autoriza uma leitura direta dos contextos passados a partir das práticas atuais – não se trata de uma analogia etnográfica direta, mas sim de um reconhecimento de que certas continuidades materiais e simbólicas podem persistir, ainda que ressignificadas e recontextualizadas ao longo do tempo. O que temos são indícios, ecos que nos convidam à cautela interpretativa, não à transposição automática de significados. Esses artefatos exemplificam a continuidade cultural, demonstrando que a materialidade não está cristalizada no passado, mas pode atravessar o tempo, articulando memórias, práticas e significados que se renovam em novos contextos.

A depender da profundidade temporal e do contexto em que se encontram, os artefatos arqueológicos carregam fluxos de memória com diferentes graus de intensidade e acessibilidade. Partindo de Bergson (1999), Boëda (2013) propõe que os objetos técnicos de tempos profundos conservam, em sua própria estrutura, a inscrição dos gestos e processos que os originaram. No entanto, esses fluxos mnemônicos não estão cristalizados; exigem do pesquisador um engajamento ativo para serem interpretados a partir de vestígios materiais parciais. É nesse contexto que o tembetá arqueológico se revela um ponto de convergência singular. Ele se situa em um limiar onde os fluxos da memória técnica e cultural ainda são sensíveis – seja através de analogias etnográficas, datações absolutas ou de suas próprias marcas tecnoestruturais –, sem, contudo, manifestarem a totalidade de seus regimes pretéritos de significação e de experiência vivida que lhes deram forma. Sua trajetória não é a de um significado que se fragmenta, mas a de um campo de relações que se transforma e do qual ainda podemos capturar ecos e ressonâncias.

As “analogias etnográficas”, as datações absolutas e as análises tecnoestruturais possibilitam explorar aspectos da trajetória social e técnica do artefato por meio de hipóteses

fundamentadas em diferentes linhas de evidência.

A compreensão do papel desses objetos depende, portanto, de uma articulação cuidadosa entre dados etnográficos, históricos e análises tecnológicas. As etnografias consultadas, assim como a conversa com Xari’o Tapirapé (2025), indicam consistentemente que o tembetá esteve associado a práticas rituais relacionadas à modificação corporal e à passagem entre diferentes status sociais (iniciação), integrando-se a cosmologias específicas e à construção da identidade dentro de determinados grupos. No entanto, embora tais inferências ampliem e iluminem nossa compreensão, elas não acessam plenamente os processos de significação e de organização social que envolveram o tembetá proveniente do sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16) no passado profundo. As memórias culturais e simbólicas a eles associadas permanecem, em grande parte, fragmentadas ou perdidas, evidenciando os limites intrínsecos da arqueologia na interpretação dos contextos sociais e rituais em que esses objetos foram produzidos e utilizados.

A Trajetória do Tembetá: entre a Vida Social e a Arqueologia

Há artefatos que, longe de serem objetos passivos, se revelam como entidades dinâmicas – e os tembetás são um exemplo fascinante disso. Ao longo de sua existência, eles podem atravessar diferentes estágios de transformação e contínua ressignificação, como bem observa Gally (1989). Inicialmente, integram uma sociedade viva: ali emergem, são conformados e, em seguida, incorporados de forma indissociável – tanto funcional quanto simbolicamente –, participando ativamente da vida cotidiana e das práticas culturais. Nessa fase primária de sua biografia, o tembetá não se reduz a um simples adorno, ele se torna um elemento fundamental na construção social da pessoa, carregado de significados culturais, identitários e cosmológicos que o atravessam e o definem.

Com o tempo, porém, esses objetos podem ser recuperados, reutilizados, deslocados, herdados ou reinseridos em novos circuitos sociais antes mesmo de sua incorporação definitiva ao registro arqueológico. E mesmo quando enfim depositados no solo, como sugere Tim Ingold (2012), eles não se convertem em meros inertes ou histórias encerradas. Integrados a fluxos contínuos de materiais e energias, esses vestígios continuam sendo afetados e transformados por processos naturais – erosão, sedimentação, ação de raízes – que, ao longo do tempo, modificam sua forma, sua posição e, conseqüentemente, seu significado potencial. O artefato, portanto, mesmo “adormecido” na terra, jamais abandona

sua participação ativa no emaranhado de forças que compõem o mundo material, reafirmando sua natureza dinâmica e relacional.

Quando a arqueologia expõe esses objetos por meio da escavação, ela não os “recupera” de um passado fixo e estático; ao contrário, reinsere-os em um novo e vigoroso processo de significação. Uma vez trazidos à luz, os artefatos passam por um rigoroso percurso de documentação, análise e interpretação. Eles são inventariados, submetidos a investigações tecnoestruturais e etno-históricas, e confrontados com perguntas que emergem do presente. Esses procedimentos metodológicos permitem interpretar não apenas as circunstâncias de sua deposição, mas também as complexas conexões que estabeleceram com práticas culturais, sociais e ambientais, tecendo novas narrativas a partir dos fragmentos que chegam até nós.

Por fim, alguns desses artefatos podem ser incorporados a instituições como museus e acervos, onde assumem novos papéis – símbolos de legados culturais, ferramentas de educação patrimonial, testemunhos materiais de histórias que insistem em se fazer ouvir. Outros, porém, permanecem armazenados, num estado de latência, aguardando novas perguntas de pesquisa ou mesmo uma reinserção em contextos vivos, através de diálogos com comunidades indígenas ou de exposições que reativam e reatualizam seu significado social. Dessa forma, a trajetória dos tembetás é marcada por uma contínua e aberta ressignificação – demonstrando que, mesmo após milênios, eles permanecem ativos, relevantes e, acima de tudo, com suas biografias longe de estarem concluídas.

5. O Tembetá no Contexto do Sítio Arqueológico Pedra da Pintura (GO-CP-16)

O Sítio e sua Paisagem Monumental

O sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16) encrusta-se nos relevos escarpados da Formação Furnas, destacando-se na paisagem como um ponto de referência visual de grande alcance que se conecta à teia de sítios da região (RAMOS, 2025) (Fig. 4). Mais do que um simples ponto no mapa, ele se apresenta como um verdadeiro “objeto-lugar” – sua materialidade está impregnada de memória, afetividade e história profunda, uma história que começou a ser tecida há cerca de 10.000 anos antes do presente. A sucessão das camadas estratigráficas, com seus artefatos arqueológicos, atesta uma presença humana prolongada no sítio, que se estende até o final do Holoceno (VIANA et al., 2025; 2016), revelando uma ocupação que não foi episódica, mas contínua e significativa ao longo de milênios.



Figura 4 - Vista geral do sítio GO-CP-16, mostrando sua inserção na paisagem escarpada. Fonte: Acervo fotográfico Laboratório de Arqueologia do Cerrado (LARC).

Estudos prévios (BINANT et al., 2018; VIANA et al., 2025; RAMOS, 2025) indicam que a monumentalidade do sítio – sua imponência visual – o torna perceptível a longas distâncias, funcionando como um marco na paisagem. Contudo, essa visibilidade não é estática nem homogênea ao longo do ano: ela varia em função das estações bimodais de vegetação do Cerrado, regime que já atuava desde o Holoceno Médio. Durante o período de estiagem, quando a cobertura vegetal se reduz, o sítio se expõe mais nitidamente, como que emergindo da vegetação; já na estação chuvosa, a vegetação mais densa o envolve, alterando sua percepção. Essa dinâmica espaço-temporal – essa dança entre visibilidade e ocultamento – suscita perguntas instigantes sobre os modos pelos quais os povos que habitaram aquela paisagem se relacionavam com esses sítios-monumento. Como eles experienciavam essa presença que ora se revelava, ora se escondia? Que significados atribuíam a essa alternância?

Esses abrigos rochosos, habitados por diferentes povos em momentos históricos distintos – entendendo o habitar não como mera ocupação, mas como o estabelecimento de relações contínuas, afetivas e práticas com o ambiente, por meio das quais pessoas e paisagens passam a constituir-se mutuamente – e o contexto monumental que os envolve, podem ser compreendidos como “geossímbolos” (BONNEMAISON, 2000). Ancorados na geologia e na topografia do local, esses elementos não seriam meros acidentes geográficos, mas sim suportes de desdobramentos metafísicos, funcionando como dispositivos de significação e de demarcação territorial. Segundo Viana et al. (2025), em conjunto com outros marcos naturais e culturais – alguns hoje já não observáveis, perdidos sob o tempo e a vegetação –, esses geossímbolos constituíram-se como referências estruturantes na paisagem cultural, pontos de ancoragem que organizavam o espaço, orientavam deslocamentos e condensavam histórias e pertencimentos.

Configuração Espacial e Registros Rupestres

O sítio apresenta uma configuração alongada, estendendo-se por aproximadamente 40 metros de comprimento, enquanto sua largura atual varia de forma irregular entre 3 e 5 metros. O paredão rochoso, em arenito, que o delimita atinge cerca de 10 metros de altura e possui uma aba protetora de 2 metros de extensão – um pequeno beiral que, ao longo dos milênios, deve ter oferecido abrigo contra intempéries e criado um microclima propício à ocupação. Sua superfície, no entanto, não é uniforme: apresenta textura irregular, com trechos rugosos ou erodidos pelo tempo e outros relativamente lisos, além de evidências de deslocamentos naturais que revelam a ação contínua dos agentes geológicos. Essas características, somadas às dimensões relativamente reduzidas do espaço, sugerem que ele não comportaria muitas pessoas simultaneamente (SCHMITZ et al., 1986), o que nos leva a imaginar ocupações mais restritas, talvez de pequenos grupos ou mesmo de indivíduos em momentos específicos – uma intimidade espacial que contrasta com a imponência da paisagem que o envolve.



Figura 5 - Pinturas rupestre do sítio arqueológico GO-CP-16. Fonte: Acervo fotográfico Laboratório de Arqueologia do Cerrado (LARC).

As pinturas rupestres registradas neste paredão – verdadeiro painel a céu aberto – apresentam variações notáveis em tamanho, técnica, temática e estilo, totalizando cerca de 250 unidades distribuídas em painéis ou conjuntos específicos, que por vezes formam

“cenias” ou “agrupações” aparentemente intencionais, embora também ocorram de maneira isolada (PEREIRA, 2017) (Fig. 5). A cor vermelha, em diferentes tonalidades, predomina de forma marcante, enquanto a amarela aparece de maneira bastante limitada, ambas derivadas de pigmentos minerais que os antigos habitantes souberam extrair, moer e aplicar com notável perícia (VIANA et al., 2025).

Além das pinturas rupestres, diversas outras materialidades compõem o tecido histórico deste lugar, oferecendo pistas preciosas sobre atividades humanas e dinâmicas culturais do passado. O tembetá do sítio Pedra da Pintura, assim, insere-se em um contexto caracterizado por um repertório técnico e simbólico significativo. Foram registradas ferramentas líticas e resíduos de lascamento – lascas, núcleos, estilhaços e fragmentos de matéria-prima – que atestam produção, manutenção e descarte de artefatos no próprio local, indicando que ali se realizavam atividades de confecção e reparo. Fragmentos cerâmicos sugerem o uso de recipientes para armazenamento, preparo de alimentos ou mesmo de pigmentos, revelando uma vida cotidiana que envolvia manuseio de líquidos e sólidos. A presença de cascas de frutos aponta para o consumo de recursos vegetais, complementando a dieta e possivelmente integrando práticas medicinais ou rituais. Abundantes fragmentos de carvão falam do uso recorrente do fogo – para cozinhar, aquecer, iluminar ou mesmo para transformar materiais –, elemento que, em muitas culturas, carrega também um forte simbolismo. Fragmentos de óxido de ferro, por sua vez, parecem estar vinculados à produção e aplicação dos pigmentos que coloriram as pinturas rupestres, estabelecendo uma conexão direta entre o chão do abrigo e as figuras que ornamentam suas paredes. Foi igualmente identificado um cristal de quartzo de pequenas dimensões (cerca de 1,5cm) sem sinais evidentes de modificação antrópica – sua presença, ainda que enigmática, pode indicar usos culturais amplos, desde adorno não transformado até matéria-prima potencial, ou mesmo componente de práticas de troca, depósito ou rituais, lembrando-nos que nem tudo que é significativo para uma cultura deixa marcas visíveis de transformação. Em conjunto, esses vestígios enquadram o tembetá numa malha de produção, uso, circulação e significação técnico-simbólica que se integrava à paisagem ritual e cotidiana do sítio, conectando-o a um universo de práticas e sentidos.

Esses registros, em sua diversidade, permitem-nos compreender um pouco mais sobre as práticas culturais, tecnológicas e de subsistência dos grupos humanos que habitaram o local, contribuindo para situar o tembetá dentro de um contexto sociocultural mais amplo – um contexto no qual ele pode ter desempenhado funções que extrapolam sua

dimensão individual como adorno, alcançando esferas de identidade, status ou mesmo mediação cosmológica. A variedade de vestígios potencializa este espaço como uma rede complexa de interações materiais e imateriais, na qual tecnologia, subsistência, expressão simbólica e cosmologias se articularam na constituição de subjetividades e de modos de experienciar o mundo – uma trama que, ainda que fragmentada, continua a nos falar através dos pequenos vestígios que o tempo nos legou.

Matéria-Prima e características tecnoestruturais

O tembetá foi confeccionado por meio da técnica de polimento, utilizando quartzo leitoso – um mineral de estrutura homogênea e alta tenacidade, qualidades que decorrem da forte coesão entre os cristais que o compõem. Não se trata, portanto, de uma matéria-prima fácil de trabalhar; ao contrário, exige paciência, conhecimento técnico e instrumentos adequados para ser moldada. Dados arqueológicos da região indicam que o quartzo pode ser encontrado no ambiente local, especialmente nos “campos de seixos” presentes nas proximidades do sítio Pedra da Pintura, o que torna plausível que a matéria-prima tenha sido obtida nas redondezas.

Entretanto, apesar dessa disponibilidade natural, a frequência de artefatos produzidos em quartzo no sítio é significativamente baixa (Gráfico 1). Essa escassez relativa sugere que sua utilização pode ter sido seletiva ou restrita a determinados tipos de objetos – como se o quartzo, por suas propriedades ou mesmo por sua aparência, fosse reservado a peças de especial significado, e não empregado indiscriminadamente no cotidiano.

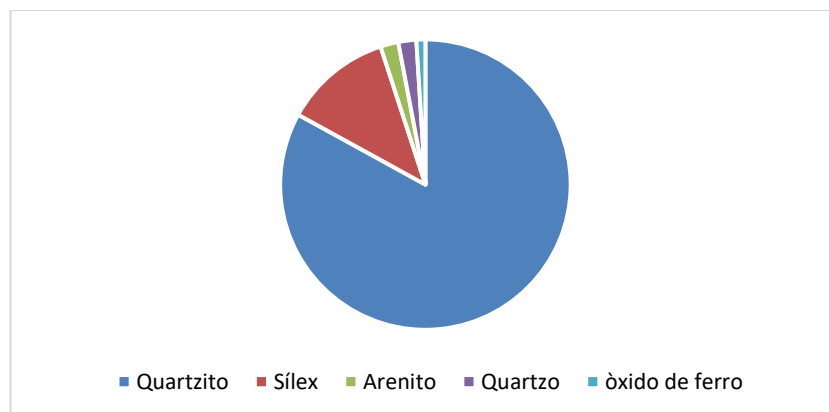


Gráfico 1. Distribuição percentual das matérias-primas identificadas no conjunto lítico do Corte 4 (camadas 1 e 2). O conjunto é amplamente dominado pelo quartzito (83%), evidenciando sua predominância como matéria-prima para a produção dos artefatos. O sílex (12%) representa a segunda matéria-prima mais frequente, seguido por arenito (2%) e quartzo (2%), que apresentam participação reduzida, enquanto o óxido de ferro (1%) apresenta ocorrência residual. Fonte: Mundin, 2018.

O tembetá encontrado no sítio Pedra da Pintura apresenta o clássico formato em "T", composto por duas partes principais: uma barra transversal e uma haste vertical. A barra transversal termina em uma extremidade mais fina e arredondada (convexa), enquanto a outra extremidade, infelizmente, está fragmentada – um silêncio material que nos priva de sua forma completa. A haste, conectada naturalmente ao centro da barra, é mais espessa e reforçada, como se tivesse sido concebida para suportar maior esforço; sua extremidade, também fragmentada, acrescenta mais um capítulo incompleto à história da peça.

Curiosamente, a natureza das quebras difere entre as duas áreas de fragmentação. Na barra transversal, bordas vivas e um plano de clivagem regular – característico do quartzo – marcam a fratura, sugerindo que ela pode ter resultado de uma fissura preexistente no mineral ou de um impacto posterior relativamente seco e limpo. Já a fragmentação da haste apresenta um plano de quebra rugoso e bordas arredondadas, indicando a atuação prolongada de processos tafonômicos – tanto naturais quanto antrópicos – tais como intemperismo, movimentação sedimentar, atrito mecânico, pisoteamento ou outras alterações pós-deposicionais que podem ter ocorrido ao longo de uma extensa temporalidade, desgastando as arestas e suavizando o que antes era uma fratura viva.

Todas as faces e laterais do artefato exibem um polimento refinado e homogêneo, sem indícios macroscópicos de picoteamento prévio – o que indica que a peça recebeu um acabamento cuidadoso e finalizado. Contudo, em uma das faces, uma concentração de marcas puntiformes rasas e de coloração diferenciada chama nossa atenção (Fig 6). São pequenas depressões de contorno arredondado, distribuídas de forma restrita a uma área específica da superfície, aparentemente produzidas por um objeto de ponta fina e arredondada. Embora essas marcas não pareçam ter sido intencionalmente criadas como fim em si mesmas – não se tratam de decoração ou gravação figurativa –, sua presença sugere uma ação cuja finalidade, infelizmente, escapa à nossa capacidade de recuperação arqueológica. Que gesto teria produzido essas impressões? Um acidente? Um teste? Um

momento de interação secundária com o objeto?

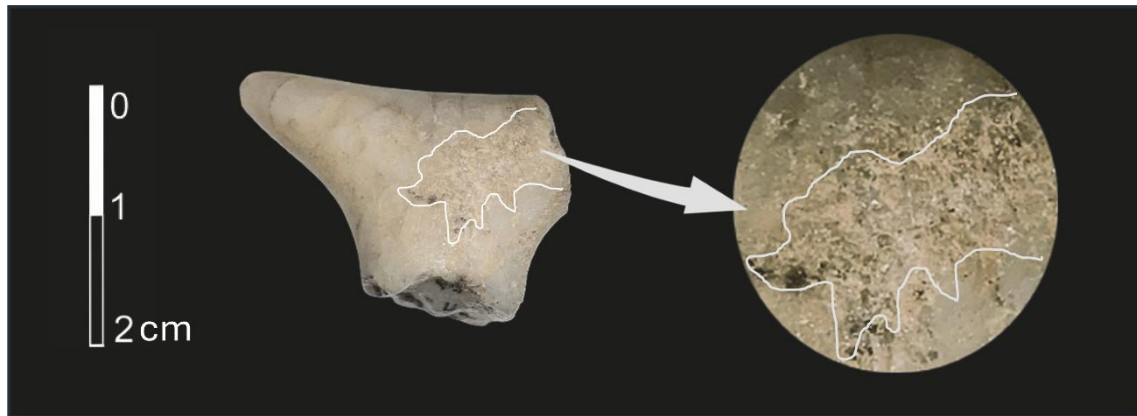


Figura 6 – Detalhe de concentração de marcas puntiformes irregulares e dispostas sobre uma parte de uma das faces do tembetá. Fonte: Acervo fotográfico Laboratório de Arqueologia do Cerrado (LARC).

Observamos que, entre alguns desses picos, há superfícies alisadas – indício de que tais marcas foram feitas após o acabamento final do objeto, ou seja, em um momento posterior à confecção da peça, quando ela já estava polida e pronta para uso. Sua distribuição espacial, restrita à porção central e projetando-se em direção a uma das extremidades fragmentadas, sugere que este processo pode ter contribuído para a fratura da peça. A dureza do quartzo, aliás, reforça a ideia de que os golpes aplicados foram suficientemente enérgicos para gerar tais cicatrizes e, mais ainda, para provocar linhas de fissura que, com o tempo ou com novos impactos, teriam se propagado. Embora a função específica dessas ações permaneça indeterminada – e talvez para sempre enigmática –, sua associação com a área de fratura constitui um elemento relevante para a interpretação da história de uso e transformação do artefato, um indício material de que sua trajetória foi marcada por eventos que não podemos reconstituir plenamente.

As evidências observadas sugerem, portanto, uma trajetória complexa na vida deste tembetá – uma biografia pontuada por confecção, uso, desgaste, impacto e fragmentação –, embora o significado preciso dessa transformação não seja completamente compreensível. Nesse ponto, é pertinente resgatar as considerações de Baldus (1970), assim como o relato de Xari’o Tapirapé sobre o valor simbólico deste tipo de objeto: eles nos lembram que, mesmo fragmentado, um tembetá não perde necessariamente sua potência ou significado; ao contrário, pode continuar desempenhando funções sociais e culturais, ainda que em novos registros.

A manutenção do valor social e ritual de tembetás fragmentados, documentada tanto por Baldus (1970) quanto pelo relato de Xari’o Tapirapé, constitui um exemplo eloquente

de que a vida social desses objetos não se encerra com sua quebra. Ao contrário, a fragmentação pode inaugurar novos usos, interpretações e formas de circulação – uma peça partida pode ser herdada, guardada, reutilizada em outros contextos ou mesmo depositar-se como oferenda – evidenciando trajetórias marcadas por descontinuidades, reapropriações e ressignificações sucessivas, nas quais o dano físico não apaga o valor simbólico, mas muitas vezes o transforma e o renova.

Nova Experiência, no Espaço Museológico

Acompanhando a trajetória do tembetá encontrado no contexto arqueológico do sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16), chegamos a um novo capítulo de sua biografia – um capítulo que se desenrola não mais sob a terra, nem sob as lentes do microscópio, mas diante dos olhos do público. Após seu inventário e análise producional, o artefato foi inserido em um novo circuito de significação: ele foi exposto em uma mostra temporária promovida pela Superintendência do IPHAN em Goiás, cujo objetivo era justamente apresentar à sociedade a diversidade e a relevância do patrimônio arqueológico goiano, tirando esses objetos dos depósitos e trazendo-os para o centro da atenção coletiva (Fig. 7).



Figura 7 - Mostra Goiás: 11 mil anos. Crédito: Superintendência do Iphan em Goiás, 2025

Esta nova etapa da trajetória do tembetá, contudo, não se resume a um simples deslocamento geográfico – do laboratório de pesquisa para a sala de exposição. Mais do que isso, ele se inscreve em novas relações de interpretação, nas quais sua materialidade, sua

função social e seu simbolismo passam a ser filtrados por discursos patrimoniais e museológicos que orientam o olhar do visitante. No espaço expositivo, o pequeno adorno de quartzo deixa de ser apenas um vestígio arqueológico para integrar uma narrativa construída para o público – uma narrativa na qual diferentes agentes, como pesquisadores, gestores culturais, visitantes e instituições, atribuem novos sentidos ao artefato, muitas vezes distantes daqueles que ele teve em seu contexto original de uso.

Exposto a diferentes públicos – estudantes, famílias, curiosos, especialistas –, o tembetá adquire novas camadas de interpretação, mediando diálogos entre passado e presente, entre o saber acadêmico e a experiência sensível do visitante. No entanto, essa mediação não se dá de forma neutra nem inocente. Ao ser incorporado ao discurso patrimonial, o artefato corre o risco de ser estetizado, essencializado ou descontextualizado – sua imagem pode se sobrepor à sua história, sua beleza à sua gênese, seu simbolismo genérico à sua especificidade cultural. Esse processo, por sua vez, redefine sua posição dentro dos circuitos de produção de conhecimento e de identidade, transformando-o em um objeto de contemplação ou de afirmação identitária, quando antes ele era um participante ativo em práticas corporais e rituais. Reconhecemos, por fim, que embora essas questões sejam fundamentais para a compreensão da trajetória dos objetos arqueológicos em espaços expositivos – e nos convidem a refletir sobre os usos políticos e pedagógicos do patrimônio –, este artigo não se propõe a analisar em profundidade os discursos patrimoniais e museológicos que orientam sua recepção, deixando essa tarefa para futuras investigações que possam dar conta da complexidade desses encontros entre artefatos e públicos.

Considerações Finais: a Biografia Inacabada de um Tembetá e suas Ressonâncias Contemporâneas

A análise multidimensional do tembetá arqueológico do sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16) nos conduziu por uma jornada interpretativa que transcende a mera descrição artefactual para adentrar os domínios da vida social dos objetos (APPADURAI 2008). Mais do que um exercício de classificação ou datação, esta investigação permitiu-nos discutir aspectos de sua manufatura e uso, mas também – e talvez mais importante – acompanhar as sucessivas metamorfoses de significado que transformaram um simples fragmento de quartzo leitoso em testemunho ativo de múltiplas temporalidades entrelaçadas. Ao longo deste percurso, fomos repetidamente convidados a pensar os objetos arqueológicos não como entidades estáticas, congeladas em um passado definitivo, mas como participantes

dinâmicos em redes de significado que estão em constante processo de negociação e transformação – redes que se estendem do momento de sua concepção até o presente em que os interpretamos.

A abordagem tecnográfica aplicada à análise do tembetá mostrou-se particularmente frutífera, pois nos permitiu compreender não apenas os gestos técnicos especializados envolvidos em sua manufatura, mas também a ecologia de saberes que orientou sua concepção – um conhecimento que não se limita à destreza manual, mas abrange escolhas de matéria-prima, noções de forma e provavelmente cosmologias hoje inacessíveis. A seleção criteriosa do quartzo leitoso – material disponível no entorno, porém paradoxalmente pouco utilizado no sítio – sugere uma escolha que transcende considerações puramente funcionais, apontando para critérios de ordem simbólica, estética ou cosmológica que escapam à nossa apreensão direta. As marcas de uso, desgaste e reuso identificadas no artefato, especialmente aquelas que parecem ter contribuído para sua fragmentação, oferecem janelas interpretativas particularmente sugestivas sobre suas possíveis ressignificações ao longo de sua vida social ativa. Essas evidências materiais encontram eco nas observações etnográficas de Baldus entre os Tapirapé e no relato de Xari’o: mesmo um tembetá quebrado mantinha – e mantém – valor cultural e afetivo inestimável, sendo passível de revitalização por meio de adaptações criativas, como o preenchimento com cera para permitir a continuidade de seu uso ritual, uma prática que revela a tenacidade do significado diante da materialidade fraturada.

A integração do conceito de corporeidade (WARNIER, 1999) permitiu-nos compreender este adorno labial para além de um acessório externo, mas como uma verdadeira extensão tecnológica do corpo – uma prótese simbólica que modificava profundamente a experiência sensorial e a apresentação social de seu portador. Situado na região mandibular, o tembetá não era simplesmente portado; ele era incorporado, tornando-se parte constitutiva da identidade corporal e mediando novas formas de estar-no-mundo, de sentir e de ser percebido. Esta relação íntima entre objeto e corpo encontra paralelos complexos e instigantes nos registros etnográficos dos Apyãwa-Tapirapé, Kayapó e Karajá, onde estes adornos funcionavam como marcadores cruciais de transições de status e integravam complexos rituais de construção da pessoa – demonstrando, de forma eloquente, como a materialidade participa ativamente dos processos de subjetivação e de produção de diferenças sociais.

Ao situar o tembetá no contexto mais amplo do sítio Pedra da Pintura – este “objeto-

lugar” monumental que funcionava como geossímbolo (BONNEMAISON, 2000) na paisagem cultural do sudoeste goiano –, foi possível visualizá-lo em associação a um conjunto diversificado de materialidades presentes no sítio, incluindo pinturas rupestres, instrumentos líticos, fragmentos cerâmicos e evidências do uso do fogo. Embora não seja possível estabelecer relações diretas e causais entre essas diferentes categorias de vestígios – cada uma com sua própria temporalidade e lógica de deposição –, tal contextualização espacial e cultural reforça que o artefato não pode ser compreendido isoladamente, mas como elemento constitutivo de um sistema tecnossimbólico mais amplo, onde interagem dimensões utilitárias, ritualísticas e identitárias de forma indissociável. A própria localização do sítio, estrategicamente posicionado para máxima visibilidade na paisagem, sugere seu papel como marco referencial em rotas de mobilidade e como espaço privilegiado de reprodução social e simbólica – um ponto de encontro entre o visível e o invisível, entre o cotidiano e o sagrado.

A reflexão sobre as temporalidades arqueológicas, inspirada em Bergson (1999) e Boëda (2013), permitiu-nos situar o tembetá na zona instigante das “memórias parcelares” – aquela região onde fragmentos de memória permanecem acessíveis por meio da articulação entre a materialidade do artefato, seu contexto arqueológico, a paisagem circundante, os registros etno-históricos e os horizontes interpretativos oferecidos pela etnografia, sem que possamos, contudo, acessar plenamente os significados que lhe foram atribuídos em contextos passados. Esta constatação, longe de ser um fracasso, nos lembra dos limites estruturais – porém produtivos – da interpretação arqueológica, que navega constantemente entre a inferência fundamentada e o reconhecimento humilde das perdas irreparáveis de significado. O tembetá do sítio GO-CP-16, com suas marcas enigmáticas e padrões de fragmentação, encapsula precisamente esta condição paradoxal: ele nos fala, mas em uma língua cujos matizes mais sutis permanecem em grande parte inacessíveis, convidando-nos à cautela e à criatividade interpretativa simultaneamente.

O percurso analítico realizado demonstrou como a arqueologia, ao se debruçar sobre estes objetos, atua como mediadora entre temporalidades, criando pontes interpretativas que, contudo, nunca são neutras. Como alerta Bovisio (2013), as categorizações ocidentais frequentemente fixam os objetos em identidades que podem não corresponder às suas trajetórias originais – classificações que dizem mais sobre nossas próprias categorias mentais do que sobre as culturas que os produziram. A problematização desses sucessivos deslocamentos – dos diferentes contextos de uso e circulação ao contexto arqueológico, e

deste ao espaço expositivo – permite compreender a complexidade dos processos de patrimonialização e as transformações de significado que acompanham cada transição. O tembetá, hoje incorporado a uma exposição museológica, tornou-se simultaneamente objeto de pesquisa, peça de acervo e símbolo patrimonial, acumulando camadas de significação que se sobrepõem – e por vezes obscurecem – suas possíveis funções originais, num processo que revela tanto a vitalidade quanto a violência simbólica da instituição museal.

Olhando para o futuro, este estudo aponta várias direções promissoras para investigações subsequentes. A comparação sistemática entre tembetás arqueológicos e contemporâneos, utilizando abordagens arqueométricas e etnoarqueológicas, poderia iluminar continuidades e rupturas nas tradições tecnológicas e nos significados culturais ao longo do tempo, oferecendo uma visão diacrônica que conectaria passado e presente de forma mais robusta. Estudos de recepção em contextos museológicos permitiriam compreender como diferentes públicos interpretam estes artefatos e constroem narrativas sobre o passado indígena, revelando os mecanismos através dos quais os significados são negociados – ou impostos – no presente. Pesquisas mais amplas sobre a circulação regional destes adornos, por meio de análises de proveniência de matéria-prima e estudos de distribuição espacial, poderiam revelar redes de intercâmbio e interação cultural no Brasil Central, contribuindo para compreender dinâmicas de larga escala que ultrapassam as fronteiras dos sítios individuais.

Fundamentalmente, reconhecemos que a trajetória do tembetá não se encerra no espaço museológico – e seria empobrecedor imaginar que sim. Seu potencial para estabelecer diálogos com comunidades indígenas contemporâneas representa uma frente particularmente promissora e eticamente necessária, que poderia não apenas resgatar camadas de significado perdidas, mas também reinserir o artefato em contextos vivos de significação cultural. Esta reconexão, se bem conduzida, transformaria este artefato de mero objeto de estudo em ponte ativa entre passado e presente, entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais, entre instituições patrimoniais e comunidades originárias – um movimento que devolveria ao tembetá parte de sua agência e de sua voz. O exemplo dos Apyãwa-Tapirapé, entre os quais o tembetá mantém até hoje profunda ressonância cultural, sugere a fertilidade destes encontros dialógicos, que podem revelar sentidos que a arqueologia sozinha jamais alcançaria.

Este estudo reafirma, portanto, a potência heurística de abordar os objetos arqueológicos como entidades dinâmicas, cujas biografias se estendem para além de seus

contextos originais de produção e uso, desafiando nossas periodizações e categorias. A trajetória do tembetá do sítio Pedra da Pintura (GO-CP-16) evidencia tanto a complexidade das interações entre seres humanos e objetos no passado quanto os desafios e possibilidades da interpretação arqueológica na contemporaneidade – um exercício que exige rigor, mas também imaginação e humildade. Seu percurso, da profundidade estratigráfica às vitrines museológicas, e quiçá a futuros diálogos interculturais, demonstra que a vida social dos artefatos é, em essência, uma narrativa sempre aberta, em constante processo de (re)escrita. Como nos lembra Kopytoff (1986), a biografia cultural dos objetos está sempre em devir, e cabe à arqueologia contemporânea reconhecer-se como mais um capítulo – certamente não o último – nesta contínua saga de significações, na qual cada interpretação é provisória e cada leitura abre novas perguntas.

As interpretações apresentadas ao longo deste artigo, importa sublinhar, não derivam de analogias etnográficas tomadas como equivalências históricas. Os dados produzidos por Baldus (1970), os relatos contemporâneos de Xari'ó Tapirapé (2025) e outras referências etnográficas foram mobilizados como recursos heurísticos – ferramentas para ampliar possibilidades interpretativas e formular hipóteses que, posteriormente, foram confrontadas com as evidências arqueológicas disponíveis. Este procedimento, longe de enfraquecer nossas conclusões, confere-lhes maior solidez ao reconhecer explicitamente a distância que separa os contextos comparados, transformando a diferença em objeto de reflexão e não em obstáculo a ser ignorado. É nesse movimento – de aproximação cautelosa e distanciamento crítico – que a arqueologia do tembetá encontra sua força e sua legitimidade, tecendo narrativas que, embora sempre parciais, são honestas em sua busca e rigorosas em seu método.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, A. *A vida social das coisas – As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- BALDUS, H. *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARBOSA, M. C. C. *A Cartografia do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. 1981
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERROCAL, María Cruz. *Analogical Evidence and Shamanism in Archaeological*

- Interpretation: South African and European Palaeolithic Rock Art. *Norwegian Archaeological Review*, v. 44, n. 1, p. 1–20, 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/00293652.2011.572672>.
- BERTRAN, P. *História da terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*, Brasília, Solo Editores, 1994, 314 p.
- BINANT, P., VIANA, S. A.; PEÑA, A. P. “Ver, ser vista, e deixar de ser vista”: aspectos das relações dialéticas entre as pinturas rupestres de Caiapônia. *Revista Amazônica*, v.10, n.1, p. 210-233, 2018. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v10i1.5860>
- BOËDA, E. *Techno-logique et technologie: une paléo histoire des objets tranchants*. Paris: Archéoéditions, 2013.
- BONNEMAISON, J. *Viagem em torno do território*. In: R. Correa; Z. Rosendahl (Orgs.) *Geografia cultural: um século*, p. 83-132. Rio de Janeiro: Eduerj. 2000.
- BOVISIO, M. A. *El dilema de las definiciones ontologizantes: obras de arte, artefactos etnográficos, piezas arqueológicas*. *Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*. No 3, p. 1-10; 2013.
- CARNEIRO, C. A. *Colonialidade do saber: narrativas e iconografias indígenas nos livros didáticos do Colégio Ana Algemira do Prado, em Palestina de Goiás*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC Goiás, EFPH, 2022.
- CHAIM, M. M. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1974.
- COOK, D. C.; SOUZA, S. M. de. *Tocas do Gongo, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil: uma bioarqueologia retrospectiva*. *Revista de Arqueologia*, v. 24, n. 2, p. 30-49, dez. 2012.
- CORRÊA, A. A. *Cadeias operatórias Tupi*. *Habitus, Goiânia*, v. 9, n. 2, p. 221-238, jul./dez. 2011.
- DIAS, T. C. *A conquista do sertão: fronteira, indígenas e bandeirantes na formação de Goiás (1722-1750)*. Goiânia: Editora da UFG, 2017.
- DRAZIN, A. *The object biography*. In: *Lineages and Advancements in Material Culture Studies. Perspectives from UCL Anthropology*. Org. Timothy Carroll, Antonia Walford, and Shireen Walton. Routledge, New York, p. 61-74, 2021.
- ESCOBAR-TORREZ, K.; LEDRU, M-P; CASSINO, R. F.; BIANCHINI, P. R. &

- YOKOYAMA, E., Long-and short-term vegetation change and inferred climate dynamics and anthropogenic activity in the central Cerrado during the Holocene. *Journal of Quaternary Science*, 2024, 39(1) 130–144.
- ENCISO, Alfredo J. Altamirano; ARANA Dayanna Carbonel, *El uso del tembetá en la costa central del Perú: el caso de un pescador de la sociedad Lima, siglos IV-V dC*. Estudios de Antropología Biológica, xxi-1: 15-36, México, 2023.
- GALLAY, A. *L'Archéologie Démain*. Paris: Éditions Belfond, 1986. 319 p.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GELL, Alfred. 'How to Read a Map: Remarks on the Practical Logic of Navigation.' *Man*, New Series, Royal Anthropological Institute, v. 20, n. 2, p. 271– 286, 1985.
- GONZÁLES, Rolando. *Perforando la prehistoria: una aproximación a la heterogeneidad de las poblaciones alfareras tempranas del Norte Semiárido a partir del tembetá*. XXI Congreso Nacional de Arqueología Chilena. Libro de resúmenes Comunicaciones: Sociedades que se inician en la agricultura, pastoreo y/o producción alfarera, p. 17-21, 2018
- HEIDEGGER M. *Ser e tempo*, Parte I e II. 3ed. Petrópolis: Vozes; 2008.
- INGOLD, T. *The Perception of the Environment*. Routledge, London and New York, 2000.
- INGOLD, T. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- KEDDIE, G. *Symbolism and context: the world history of the labret and cultural diffusion on the pacific rim*. In: Circum-Pacific Prehistory Conference Session, VIII Prehistoric Trans-Pacific Contacts, Seattle Washington, U.S.A., august 1-6, 1989.
- KOPYTOFF, I. *The Cultural Biography of Things: Commoditization as a Process*. In A. Appadurai (ed.) *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 64-91, 1986.
- LARAIA, R. de B. *Índios de Goiás: uma etnografia histórica*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- LIMA FILHO, M. F.; PEREIRA, E. *O fascínio do quartzo: notas sobre resiliência a partir de um conjunto de tembetás (ijé)*. In: Tesouros Iny - Karajá [E-book]. Org., Manuel Lima Filho. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

- MACHADO, J. R. Conhecimento técnico, redes de circulação e identidade: informações etnohistóricas e tecnológicas sobre adornos labiais indígenas em quartzo do século XIX. *Cadernos do CEOM*, v. 35, n. 57, p. 52-67.
- MORI, R. Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre), séculos XVIII e XIX. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- MEDEIROS J. C. de. As indústrias líticas dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG: uma avaliação preliminar das cadeias operatórias e dos estilos tecnológicos Dissertação de mestrado, 2007, USP.
- NIKULIN, A. Lexical Evidence for the Macro-Jê–Tupian Hypothesis. *Journal of Language Relationship*, v. 21, n. 1-2, p. 3-56, 2023.
- OLIVEIRA, F.C. *O olhar do outro: a arte rupestre de Palestina de Goiás e a comunidade local*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC Goiás, Goiânia, 2016.Oliveira, 2008;
- OSSAMI DE MOURA, M. C. *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- PALACIN, L. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1991.
- PEDROSO, D.M. R. *O Povo Invisível: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII E XIX*. Goiânia: UCG, 1994.
- PEREIRA, L. M. Metáforas imagéticas do sítio GO-CP-16 (Palestina de Goiás). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – PUC Goiás, IGPA, Goiânia. 2017.
- PEREIRA, E. S.; GUAPINDAIA, V. L. C. (Org.). *Arqueologia Amazônica*. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010. v. 2. 1000p
- POHL, J. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.
- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores*. Archaeo. Cuiabá: Carlini & Caniato Ed. 2019.
- RAMOS, M.P.; *Relatório final de atividades de pós-doutorado*. 2025. Relatório (Pós-Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.
- RAMOS, M. P.; VIANA, S. A.; CARBONELLI, J. C.; COSTA, K.P. *Tecnografias líticas do Holoceno médio na região central da América do Sul: tesselas culturais para*

- um mosaico paleo-histórico (segunda parte). *Revista del Museo de Antropologia*, v. 17, n. 2, 2023
- RAVAGNANI, O. M. *Aldeamentos oficiais goianos*. Araraquara, 1987 (Mimeografado).
- ROCHA, L. M. *Mapas étnicos e rotas de deslocamento no Brasil Central*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.
- RODRIGUES-CARVALHO, C.; SOUZA, S. M. de. *Uso de adornos labiais pelos construtores do sambaqui de Cabeçuda, Santa Catarina, Brasil: uma hipótese baseada no perfil dento-patológico*. *Revista de Arqueologia*, v. 11, p. 43-55, 1998.
- SCHMITZ P. I.; RIBEIRO, M. B.; BARBOSA, A. S.; BARBOSA, M. O.; MIRANDA A. F. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central: Caiapônia*. São Leopoldo: IAP/UNISINOS, 1986
- SCHWARTZMAN, S. I. *The Panara of the Xingu National Park: the transformation of a Society*, The University of Chicago Proquest Dissertation & Theses, 1988.
- SENE, Glaucia A. M. *Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social - O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- TAPIRAPÉ, Xari’o Domingos. Entrevista concedida a Marlene C. Ossami de Moura e Sibeli A. Viana. Goiânia, 12 de junho de 2025. Gravação audiovisual (00:37:12). Acervo: arquivo dos autores.
- TILLEY, C. *Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica*. *Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 8, n. 1, p. 24–62, 2014. DOI: <https://doi.org/10.31239/vtg.v8i1.10599>
- TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- VELLOSO, Beatriz de S. *Os tembetás do sítio Justino, Sergipe: construindo uma análise tecnológica e cultural*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 2022.
- VIANA, S. A., RAMOS, M. P. M., RUBIN, J. C. R., BARBERI, M., & BOËDA, E. *O complexo arqueológico de Palestina de Goiás/Brasil*. *Cadernos do Ceom*, 2016, 29(45),188-211. <https://doi.org/10.22562/2016.45.07>

- VIANA, S. A.; RAMOS, M. P.; CARBONELLI, J. C.; COSTA, K.P. *Tecnografias líticas do Holoceno médio na região central da América do Sul: tesselas culturais para um mosaico paleo-histórico (primeira parte)*. Revista del Museo de Antropologia, 2023, v. 17, n. 2. <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v16.n1.38770>
- VIANA, S. RAMOS, M. P.; DANTAS, C. L.; BOEDA, E.; RUBIN, J. C. R de; ASSIS VIANA, S.; YOKOYAMA, E.; WICHES. C.; BARBIERI, M.; NUNES, E.; VAZ, W.; PROCÓPIO, G.; MUNDIN, N. *As sutilezas do registro arqueológico de Palestina de Goiás*. In: Diego T. Mendes (Org). In: Arqueologia no Centro Oeste do Brasil: cultura, ciência e colaboração. Goiânia: Cegraf UFG (Selo Epistemologias). 2025.
- WAGLEY, C. Lágrimas de boas-vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central. Tradução de Elizabeth Mafra Cabra Nasser; revisão técnica de Berta G. Ribeiro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- WALTON S. *Place objects Anthropology of digital photography*. In: Lineages and Advancements in Material Culture Studies. Perspectives from UCL Anthropology. Org. Timothy Carroll, Antonia Walford, and Shireen Walton. Routledge, New York, p. 218-234, 2021.
- WESOLOWSKI, V. Cipó: remanescentes funerários. In: VILHENA-VIALOU, Águeda (Ed.) *Pré-história do Mato Grosso*. Cidade de Pedra, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 139-143.
- WARNIER, J. P. *Construire la culture materielle*. L’homme qui pensait avec ses doigts. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- WÜST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás: tentativa de análise espacial*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo 1983.